

STJ00098644

RUI DE FIGUEIREDO MARCOS
CARLOS FERNANDO MATHIAS
IBSEN NORONHA

HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO



STJ00098644

RUI DE FIGUEIREDO MARCOS
CARLOS FERNANDO MATHIAS
IBSEN NORONHA

HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador. As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- **História do Direito Brasileiro**

ISBN 978-85-309-5258-7

Direitos exclusivos da presente edição para o Brasil

Copyright © 2014 by

FORENSE UNIVERSITÁRIA um selo da EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

bilacpinto@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 2014

Imagem de capa: *Desembargadores da Casa de Suplicação*

Publicação do acervo da biblioteca do Arquivo Nacional: DEBRET, Jean Baptiste. Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un Artiste Français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avènement et de l'abdication de S.M. D. Pedro 1er. Paris: Firmin Didot Frères, 1834 – 1839

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M276h

Marcos, Rui de Figueiredo

História do direito brasileiro / Rui de Figueiredo Marcos, Carlos Fernando Mathias e Ibsen Noronha. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

il.

Notas prévias

ISBN 978-85-309-5258-7

1. Direito - História. 2. Direito – Brasil - História. 3. Direito e história. I. Título.

13-07306

CDD: 34(09)

ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA.....	XXI
------------------	-----

**PARTE I
DIREITO NO BRASIL COLONIAL**

**CAPÍTULO I
A HISTÓRIA DO DIREITO
E A HISTORICIDADE JURÍDICA**

1. O significado do ensino histórico do direito	5
2. A história do direito enquanto ciência histórica	8
3. O direito histórico como ciência jurídica	14
4. Uma compreensão integral do direito na história	21
5. Objeto da história do direito.....	33

**CAPÍTULO II
A INTEGRAÇÃO DO DIREITO PORTUGUÊS
NO BRASIL COLONIAL**

6. Indicação de seqüência	39
7. Tentativa de periodização do direito no Brasil colonial	40

**CAPÍTULO III
O DIREITO NO BRASIL SOB O SIGNO
DO PLURALISMO JURÍDICO**

8. Os descobrimentos e a necessidade de um direito plural.....	47
9. O matizado pluralismo jurídico brasileiro.....	50

HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO

CAPÍTULO IV
AS FONTES DO DIREITO NO BRASIL

10. Considerações introdutórias	55
11. A intencionalidade codificadora dominante na época das Ordenações do Reino	55
12. Ordenações Afonsinas.....	57
13. Ordenações Manuelinas	61
13.1. Propósitos e edições.....	61
13.2. Primeiros acenos ultramarinos nas Ordenações Manuelinas....	64
14. Páginas viradas para o Brasil da Colecção das Leis Extravagantes de Duarte Nunes do Lião	65
14.1. Elaboração de uma coletânea intercalar	65
14.2. O Brasil na Colecção das Leis Extravagantes de Duarte Nunes de Lião.....	66
15. Ordenações Filipinas	68
15.1. A relevância das Ordenações Filipinas no Brasil.....	68
15.2. Propósitos e conteúdo.....	70
15.3. Menções ao Brasil nas Ordenações Filipinas.....	73
16. Legislação extravagante virada para o Brasil	75
16.1. Profusão das leis extravagantes no século XVII.....	75
16.2. Categorias de diplomas aplicáveis no Brasil.....	76
17. A publicidade das leis no Brasil.....	81
18. Fontes de direito segundo as Ordenações Filipinas	84
18.1. Hierarquia das fontes	84
18.2. Fontes prioritárias de direito.....	85
18.3. Fontes de direito subsidiário	88

CAPÍTULO V
CORRENTES DOUTRINAIS
CONFLUENTES NO BRASIL

19. Considerações introdutórias	93
20. A presença dos Glosadores e dos Comentadores em Regimentos de Tribunais Superiores Brasileiros.....	95
21. O romanismo na Europa. Da Escola dos Glosadores ao Usus Modernus Pandectarum.....	96

ÍNDICE GERAL

22. O romanismo em Portugal. A Universidade, o ensino do Direito e o início da romagem dos estudantes brasileiros às Faculdades Jurídicas de Coimbra	104
--	-----

**CAPÍTULO VI
JUSTIÇA E CULTURA JURÍDICA
EM TERRAS BRASILEIRAS**

23. A disputa em torno da condição jurídica dos índios brasileiros....	117
24. Ecos legislativos do debate doutrinal sobre a liberdade dos índios...	121
25. A plasticidade do direito aplicável no Brasil.....	124

**CAPÍTULO VII
QUADROS BREVES DA HISTÓRIA
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
E DA JUSTIÇA COLONIAL NO BRASIL**

26. Os primeiros traços jurídicos	131
27. O regime jurídico das capitanias no Brasil.....	132
28. A Instituição do Governo Geral.....	136

**CAPÍTULO VIII
O DIREITO NO BRASIL
SOB O SIGNO JURACIONALISTA DO POMBALISMO**

29. Considerações introdutórias. Os Egressos de Coimbra	143
30. O Iluminismo em Portugal e a contribuição de Luís António Verney	145
31. O Jusnaturalismo Racionalista sob a égide de Pombal.....	148
32. A Real Meza Censoria e a censura juracionalista	150
33. A Lei da Boa Razão e as fontes de direito	153
34. A boa razão no direito subsidiário	154
35. Brasileiros na Junta de Providência Literária.....	157
36. O Compêndio Histórico do Estado da Universidade e o ensino jurídico	159
37. Os novos figurinos de mestres e alunos	163

HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO

38. Os cursos jurídicos segundo a pauta dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772.....	166
39. O esmero de programas e de métodos no ensino jurídico.....	171
40. Escolas eleitas e Escolas banidas. A imposição de orientações doutrinárias.....	173
41. O acompanhamento contínuo dos estudantes juristas. Exercícios literários e exames.....	179
42. Os compêndios jurídicos de José Bonifácio de Andrada e Silva.....	182
43. D. Francisco de Lemos. O reitor-reformador brasileiro e o balanço da reforma.....	189
44. A aplicação dos Estatutos da Universidade de Coimbra ao nascente ensino jurídico brasileiro.....	191
45. A recepção jusracionalista na jurisprudência da Casa da Suplicação.....	194
46. A legislação pombalina destinada ao Brasil.....	195
46.1. Os índios entre a diversidade e a unidade de culturas. A imposição da língua portuguesa.....	196
46.2. O modelo jurídico-societário das Companhias pombalinas para o Brasil.....	199
46.3. Um apontamento sobre a administração pública no século XVIII.....	207

CAPÍTULO IX

DIREITO BRASILEIRO

EMERGENTE SOB O SIGNO JOANINO

47. A transferência da Família Real para o Brasil.....	217
48. Um radioso legado jurídico.....	218
49. Ensaio periodizador da legislação joanina no Brasil.....	219
50. O recorte do primeiro ciclo legislativo joanino de pendor publicista.....	221
51. As leis consagradoras do princípio da liberdade econômica no Brasil.....	222
52. Reedificação das estruturas político-administrativas brasileiras....	224
53. O paternalismo régio no Brasil.....	225
54. Lances reformadores da administração militar e da organização judiciária no Brasil.....	226

ÍNDICE GERAL

55. O novo figurino legal das finanças públicas brasileiras.....	229
56. A Décima brasileira no desenho do Alvará de 27 de junho de 1808 e do Alvará de 3 de junho de 1809.....	230
57. Uma Junta de Comércio no Brasil.....	232
58. A Fundação do Banco do Brasil e os traços societários inscritos no Alvará de 12 de outubro de 1808.....	233
59. A instauração da Ordem de Torre e Espada em feição brasileira....	236
60. O largo espectro da polícia à medida da administração interna brasileira.....	238
61. As leis brasileiras do príncipe regente e os bens da alma.....	239
62. Os bens do corpo encarados pelo prisma da saúde pública e do direito farmacêutico brasileiro.....	241
63. O <i>ius politiae</i> perante o fenômeno da criminalidade.....	243
64. As vastas atribuições da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil.....	245
65. O modo de pensar o direito pela ótica do Regimento da Relação de São Luís do Maranhão de 1812.....	246
66. Modificações legislativas pontuais no âmbito do direito privado no Brasil.....	250
67. Apontamento conclusivo.....	250

PARTE II

DIREITO BRASILEIRO NO PERÍODO IMPERIAL

CAPÍTULO I

A INDEPENDÊNCIA E A CONSTITUINTE

1. A Independência.....	257
1.1. Assembleia Constituinte de 1823.....	261

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO IMPERIAL

2. A Constituição de 1824.....	271
2.1. Poder Moderador.....	274
2.2. O Senado.....	279

HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO

2.3. Do Poder Judicial	282
2.4. Direitos civis e políticos	286

**CAPÍTULO III
O ENSINO E O DIREITO**

3. A educação e a fundação dos cursos jurídicos	297
---	-----

**CAPÍTULO IV
CODIFICAÇÃO DO DIREITO**

4. O movimento de codificação	309
-------------------------------------	-----

**CAPÍTULO V
O DIREITO E A REGÊNCIA**

5. Período Regencial – 1831-1840	321
5.1 Guarda Nacional	322
5.2. Revolução Farroupilha	324
5.3. Ato Adicional	324
5.4. Regência Una	327

**CAPÍTULO VI
O SEGUNDO REINADO**

6. Segundo Reinado – 1840-1889	333
6.1. O Conselho de Ministros	335
6.2. O Brasil no concerto das nações	336
6.3. A Questão Religiosa	342

**CAPÍTULO VII
O PROBLEMA FUNDIÁRIO E O DIREITO**

7. A Lei de Terras de 1850 e o Regulamento de 1854	349
--	-----

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO VIII
ESCRavidÃO E LEIS NO BRASIL

8. Processos Legislativo e Doutrinário de Abolição da Escravidão no Império do Brasil	357
8.1. Independência, Inglaterra, José Bonifácio e o tráfico de escravos	359
8.2. A Lei de 7 de Novembro de 1831	362
8.3. Bill Aberdeen	363
8.4. A Lei Eusébio de Queiroz	364
8.5. A atuação do Imperador	366
8.6. Lei do Ventre Livre	368
8.7. Um parecer jurídico de um literato	371
8.8. O movimento abolicionista	374
8.9. Lei dos Sexagenários	375
8.10. A Princesa Isabel e a Lei Áurea	378

CAPÍTULO IX
PENSAMENTO E DIREITO

9.1. Os primeiros lentes de Direito Natural.....	385
9.2. A escolástica oitocentista brasileira	386
9.3. O Positivismo Jurídico	388
9.4. Escola do Recife.....	390
9.5. Augusto Teixeira de Freitas	393

PARTE III
DIREITO BRASILEIRO NO PERÍODO REPUBLICANO

CAPÍTULO I
**A QUEDA DA MONARQUIA
 E A PRIMEIRA LEGISLAÇÃO**

1. Primeiros Decretos Republicanos	401
2. O Código Penal de 1890.....	402
3. A Constituição de 1891	406

HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO

CAPÍTULO II
BREVE NOTÍCIA DA LEGISLAÇÃO
REPUBLICANA DE MAIOR IMPORTÂNCIA,
ADVINDA ATÉ O FIM DO
ESTADO NOVO (1945)

4.	Introdução.....	413
5.	O advento do Código Civil	413
6.	Reforma à Constituição de 1926	417
7.	A Constituição de 1934	421
8.	A Carta de 1937	424

CAPÍTULO III
O ESTADO NOVO
E A MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO

9.	O Código de Processo Civil de 1939	431
10.	O Código Penal de 1940	434
11.	A Lei das Contravenções Penais	437
12.	O Código de Processo Penal	441
13.	A Consolidação das Leis do Trabalho.....	445

CAPÍTULO IV
A REDEMOCRATIZAÇÃO

14.	A Constituição de 1946	451
-----	------------------------------	-----

CAPÍTULO V
OS MILITARES NO PODER

15.	Os primeiros atos institucionais	457
16.	A Constituição de 1967. Breve notícia.....	460
17.	Após o Ato Institucional nº 5/68.....	463
18.	A chamada Emenda Constitucional nº 1/69	468
19.	Os Atos Complementares	471

ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO VI
NOVA REDEMOCRATIZAÇÃO

20. A Constituição de 1988	477
21. As Emendas Constitucionais à Lei Fundamental de 1988.....	481
22. Emendas constitucionais à Carta de 1988, de revisão.....	482
23. Emendas à Constituição de 1988	487

CAPÍTULO VII

OS CHAMADOS DIREITOS DE TERCEIRA GERAÇÃO
A PARTIR DO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX
NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

24. O Direito do Consumidor	513
25. Os direitos ou interesses coletivos e difusos e os individualmente homogêneos.....	516
26. Uma nova visão sobre a responsabilidade civil	519
27. A responsabilidade penal das pessoas jurídicas	528
28. Expectativa de um novo tempo no acesso à justiça: os juizados especiais na justiça dos Estados e do Distrito Federal e na justiça federal. A justiça de paz no nosso tempo	534
29. A arbitragem comercial.....	541

CAPÍTULO VIII

O DIREITO PENAL NO BRASIL

30. O direito penal no Brasil, a partir do Código Penal de 1940: perspectivas de um novo tempo.....	549
---	-----

CAPÍTULO IX

ALTERAÇÕES IMPORTANTES
NO ORDENAMENTO POSITIVO

31. Diplomas na área trabalhista	559
32. Ação Civil Pública.....	565

HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO

CAPÍTULO X
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE
O DIREITO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

33. O Código Civil de 2002.....	571
34. As origens do direito civil.....	596
35. Breve histórico da legislação de quebras e observações sobre a nova Lei de Falências: Lei nº 11 101, de 9 de fevereiro de 2005.....	599
36. Novos Estatutos, sob a ótica dos chamados direitos de terceira geração.....	620
36.1. O Estatuto da Juventude.....	623
36.2. O Estatuto do Idoso.....	624
37. Proteções ao desporto.....	626
37.1. O Estatuto de Defesa do Torcedor.....	626
38. O <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro.....	627

CAPÍTULO XI
EXPECTATIVA DE REFORMAS
NA LEGISLAÇÃO

39. Do Processo Penal.....	635
40. A oportunidade de um Código-modelo de Processos Coletivos	636
41. Outras propostas, projetos e anteprojetos de reforma no ordenamento positivo brasileiro.....	641
42. Mais algumas breves considerações sobre o direito brasileiro na contemporaneidade	642

CAPÍTULO XII
O PENSAMENTO JURÍDICO
NO PERÍODO REPUBLICANO BRASILEIRO

43. Algumas figuras expressivas do pensamento jurídico no período republicano	645
---	-----